

## **As Políticas de promoção à igualdade racial e seus impactos nos terreiros de Candomblé no Brasil (2003-2009)**

*Policies to promote racial equality and it's impacts on Candomblé terreiros in Brazil (2003-2009)*

Bianca Rocha Silva<sup>1</sup>, UESC

### **Resumo**

Este artigo elaborou uma análise sobre as resoluções deliberadas nas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), realizadas no Brasil, entre o período de 2003 a 2009. Além disso, foram-se observadas as leis, normas, portarias, decretos, planos e demais deliberações institucionais elaboradas pelo Estado brasileiro que visavam a promoção da igualdade racial no país. O objetivo desta produção foi investigar como essas resoluções acolheram as demandas e reivindicações dos povos de terreiro de Candomblé. Para isso, utilizou-se os cadernos de resoluções elaborados após o I e II Congresso Nacional de Promoção da Igualdade Racial aliado a uma discussão teórica dos pensadores que elucidam algumas questões referentes à temática escolhida.

**Palavras chaves:** Política, Candomblé, Igualdade Racial.

### **Abstract**

This article elaborated an analysis of the resolutions deliberated at the National Conferences for the Promotion of Racial Equality (CONAPIR) held in Brazil between 2003 and 2009. In addition, the laws, norms, ordinances, decrees, plans and other institutional deliberations elaborated by the Brazilian State that aimed to promote racial equality in the country were observed. The objective of this production was to investigate how these resolutions accommodated the demands and claims of the Candomblé terreiro peoples. To do so, we used the resolutions booklets prepared after the I and II National Congress for the Promotion of Racial Equality together with a theoretical discussion of thinkers that elucidate some issues related to the chosen theme.

**Keywords:** Politics, Candomblé, Racial Equality.

### **Introdução**

Lélia Gonzalez, uma importante intelectual brasileira, propôs em seus estudos étnico-raciais o termo amefricanidade, que em si, o termo traz como conceito a influências das culturas africanas por toda a América, em vários tipos de linguagens e perspectivas. Trago este ponto, para pensar que ao propor esta análise neste artigo, busco ampliar os olhares e ser mais uma contribuição científica de resgate das amefricanidades que o Brasil carrega em sua totalidade.

No caminhar da história é possível perceber com nitidez a importância dos povos africanos na formação do Brasil enquanto nação. Contudo, outras histórias foram propostas por

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso História licenciatura DFCH - da Universidade Estadual De Santa Cruz UESC.

teorias raciais, que tinham como intuito o apagamento identitário da população afro-brasileira, propondo, assim, que uma suposta harmonia entre as raças deveria prevalecer acima de qualquer contradição social. Como aponta Clóvis Moura (1988) em seus estudos, existiu uma pretensa imparcialidade científica dos pesquisadores frente aos problemas raciais, mas que na prática transformava o sujeito negro em um objeto de estudo em laboratório, impossibilitando assim, o saber científico expor as verdadeiras carências sociais e subjetivas que o colonialismo provocou na construção do sujeito negro e suas narrativas históricas. Essa ausência ignorava que o processo diaspórico no território brasileiro foi marcado por constantes revoltas e revoluções negras, que colocaram em evidência as dificuldades dos africanos e afro-brasileiros em se instituírem cidadãos em um lugar que até então não apresentou condições mínimas de harmonia racial ou acolhimento.

Não obstante, contínuo movimento de luta e resistência foi se aperfeiçoando e se institucionalizando ao longo das décadas como estratégias e táticas de sobrevivência. Vale ressaltar, que a estruturação do Estado se forjou perante os interesses da burguesia, logo, da propriedade privada; classe esta, que se utilizou da mão de obra escravizada. Em contra partida os movimentos sociais foram importantes instrumentos de tensionar o Legislativo a fim de provocar a materialização das conquistas e dos direitos destinados à população negra, no sentido de tornar possível a construção da identidade e existência desses sujeitos, que não fosse pautada apenas no apagamento ou exclusão social. E, uma das formas de exercer autonomia foi possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz cada vez mais significativo e mais fundamentado, no conhecimento concreto pautado na realidade (SOUZA, 1983, p.17).

O primeiro sinal democrático que a população negra obteve, diante do seu histórico de mobilizações e organização, foi uma fissura no que até então não existia. Isso ocorreu quando a Constituição Federal (CF) brasileira de 1988 promoveu, de forma inédita no país, o reconhecimento do racismo e o preconceito racial como fenômenos presentes na sociedade, apesar da constante presença de discursos e teorias de branqueamento que buscaram afirmar uma ideia inexistente de democracia racial, paz e igualdade. Esse ponto de inflexão provocado pela CF de 1988, segundo Ciconello (2006), ajudou a estimular uma maior presença de organizações da sociedade civil no debate sobre a efetivação de políticas públicas.

A Constituição de 1988, ainda segundo os estudos de Ciconello (2006), flexibilizou os diálogos com setores associativos, sobretudo aqueles que estavam alicerçados em princípios étnico-políticos, principalmente, quando esses ganharam força e respaldo nas ações de políticas públicas de autonomia e na obtenção de direitos básicos garantidos a todos os cidadãos. A

exemplo disso, as associações quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais, Capoeira, Casas de Candomblé e Umbanda. Este artigo pretendeu tratar sobre as políticas de promoção da igualdade racial que atenderam as comunidades tradicionais de Candomblé no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), de 2003 a 2009. Para tanto, iremos salientar as primeiras iniciativas que pairaram sobre o Legislativo no que se refere a temática racial.

Santos (2014) aponta em seus escritos que o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) introduziu no seu projeto de governança as questões raciais de forma superficial, diante do apelo mundial que o *apartheid*<sup>2</sup> provocou, mobilizando posicionamentos da ONU, e colocando as questões relacionadas a desigualdades raciais na ordem do dia. FHC, como um intelectual do seu tempo, acolheu a pauta e criou por meio de um decreto, no dia 20 de novembro de 1995, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), instituído no dia 26 de fevereiro de 1996. Diante desse acontecimento, o movimento negro organizado tensionou o debate frente ao governo e conseguiu instituir também por meio de decreto, no dia 20 de março de 1996, o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO). Esses GT tinham como objetivo a discussão de pautas do Movimento Negro Unificado<sup>3</sup> (MNU) e em ações efetivas para sociedade brasileira.

Em 2003, com a posse presidencial do Luís Inácio Lula da Silva, as questões raciais foram acolhidas de outra forma pelo governo, já que esse colocava-se enquanto um aliado dos movimentos populares. Na prática, as políticas públicas foram mais efetivas, e secretarias especializadas foram criadas para a discussão e materialização de ações afirmativas, ainda que em perspectiva de baixas orçamentárias como Santos (2014) aponta em sua pesquisa. Ao longo do artigo, pretendo aprofundar sobre os impactos do governo do PT frente à promoção da igualdade racial, sobretudo no terceiro tópico. Todavia, antes conheceremos um pouco da articulação do Candomblé enquanto luta organizada.

### **Uma breve contextualização histórica e política do Candomblé**

---

<sup>2</sup> O *apartheid*, segundo Pacheco (2018, p. 14), foi um “período que cobre parte de um contexto singular e doloroso da nação sul-africana, qualificado no regime de segregação racial implantado em 1948 e desmantelado em 1990. De modo geral, a legislação sul-africana desse período, que entre outras, regula[va] a propriedade e o controle dos meios de produção, o acesso ao trabalho, educação e cultura, assim como o alcance e a prática dos direitos civis e políticos, usa a cor/raça como critério legal de desigualdade entre a população”.

<sup>3</sup> Segundo o site do próprio Movimento Negro Unificado, o MNU “é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada no dia 18 de junho de 1978, e lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no país” (MNU, 2022).

Candomblé é uma religião Afro-Brasileira, em contexto diaspórico, que surgiu no período onde populações africanas foram trazidas ao Brasil em condição de escravidão. De acordo com cada região do continente africano, existia uma forma de cultivar a espiritualidade; diante disso, um caldeirão cultural se formou com o encontro dessas etnias em terras brasis. A partir daí o Candomblé foi se desenvolvendo através da oralidade, baseado em conhecimentos adquiridos por meio de uma longa trajetória de dedicação, experiências e práticas da religião. Os conhecimentos são ensinados por sacerdotes e sacerdotisas, consideradas guardiãs dos fundamentos e preceitos do Candomblé. Envolvendo processos de adivinhações, iniciações, sacrifícios, curas e celebrações. A religião se configura em divisões, essas feitas através do que se chama de “nações”, se distinguindo em seus rituais de celebração, em suas entidades religiosas, e em suas alimentações, danças e dialetos (PÓVOAS, 2010). As heranças são remanescentes de diferentes regiões e tradições provenientes do continente Africano. Nas palavras de Santos, podemos dizer que,

[...] a organização hierárquica do candomblé se fundamenta na noção de senioridade, constituindo, em muitos aspectos, uma sociedade de corte, com inúmeras regras de hierarquia, e distinções rituais e sociais que identificam o lugar de cada indivíduo no grupo. Como em qualquer corte, o luxo e a ostentação conferem prestígio social e isso se reflete nos cuidados com o culto, desde as roupas, até a qualidade dos objetos e produtos utilizados (SANTOS, 2013, p. 20).

Ruy Póvoas, Babalorixá<sup>4</sup> e renomado escritor da região sul da Bahia, cita em um dos seus escritos, que o Candomblé foi organizado nos desvãos dos excluídos do sistema durante e após o período escravista no Brasil século XIX. Passando por várias etapas, os terreiros vivenciaram inúmeras estratégias de sobrevivência, tendo em vista a perseguição do Estado, a acusação da Igreja e o repúdio da elite dominante. Até pouco tempo, “sistema boca-ouvido” (PÓVOAS, 2010, p. 67) metáfora utilizada pelo escritor para caracterizar a oralidade, como a única via de construção, preservação, elaboração do conhecimento, memória e resistência dos Africanos e Afro-brasileiros candomblecistas. O candomblé compreende e interpreta o universo e a vida por uma outra maneira.

No entanto, as práticas que envolviam culto e celebração aos Orixás<sup>5</sup>, Inquices<sup>6</sup> e Voduns<sup>7</sup> estiveram por anos criminalizadas pelo Código Penal de 1890, não somente uma

---

<sup>4</sup> Cargo de maior hierarquia dentro do terreiro de Candomblé.

<sup>5</sup> Divindades cultuadas em Candomblés de origem Yorubá.

<sup>6</sup> Divindades cultuadas em Candomblés de origem Batu e Kibumdu.

<sup>7</sup> Entidades espirituais de origem Jeje.

perseguição religiosa ocorria, mas também se discriminavam outras demais manifestações culturais e políticas de outras comunidades tradicionais. E desse modo, pensar que tais práticas religiosas foram criminalizadas não é possível sem analisar as questões políticas históricas estruturais predominantes no Brasil no início do século XX.

Um dos máximos exemplos dessa contradição foi a suposta ideia da harmonia racial sustentada por Gilberto Freire na sua conhecida obra *Casa Grande Senzala* e Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil*, na década de 1940. Todavia, essa pretensa harmonia não se sustentou frente a realidade dos acontecimentos, a exemplo da perseguição policial, violenta por vezes, revela a opressão que os terreiros de Candomblé sofreram. Mukalê (2011, p. 26) contextualiza o período de repressão ao dizer que “eram utilizadas cabaças e palmas das mãos para que não se ouvissem o barulho dos atabaques, porque se ouvissem, eles (policiais) entravam, invadiam e quebravam tudo”.

Ademais, outras práticas racistas foram sustentadas por ideias construídas e especuladas no início do século XX, essas baseadas em julgamentos criminológicos, pseudocientíficos, propagados em trabalhos de pessoas validadas como intelectuais, dentre elas Cesare Lombroso, Arthur Gobineau e Nina Rodrigues. Estudos que construiu, no imaginário institucional e social brasileiro, o pensamento supostamente científico de que negros e mestiços teriam tendências ao crime, constituindo suas manifestações culturais potenciais estímulos a comportamentos bárbaros, primitivos e antissociais (MAGALHÃES, 2012, p. 22).

Embora a ciência tenha sido um lugar que legitimou ações veladas contra a população preta, existiram contrapontos dentro da intelectualidade brasileira que beneficiaram as comunidades tradicionais de Candomblé, sobretudo na Bahia. Dentre eles um movimento acadêmico e literário conhecido como a “A Academia dos Rebeldes”, da qual fazia parte figuras como Édson Carneiro, Aydano do Couto Ferraz, Jorge Amado, dentre outros (SANTOS, 2013, p. 156). Tais figuras se aproximaram e tornaram-se filhos de santo de Terreiros de Candomblé, que atualmente são bastante conhecidos em Salvador, como o *Ilê Axé Ôpô Afonjá*<sup>8</sup>. Essa aproximação foi uma importante iniciativa de incorporar a religião ao conhecimento produzido na academia, pois possibilitou que diversos processos de escrita etnográfica acerca da temática religiosa afro-brasileira fossem elaborados. É possível ressaltar, ainda, que a aproximação desses autores foi encarada por estudiosos como uma política de legitimação do Candomblé para sociedade civil na cidade de Salvador, o que abriu algumas portas.

---

<sup>8</sup> Ilê Asé Opo Afonjá, em yorubá significa “Casa de axé com a força de Xangô Afonjá”.

As alianças estabelecidas simbolicamente pela Academia dos rebeldes e o Candomblé renderam também alguns frutos para organização política religiosa. Em especial, Edison Carneiro, que foi um dos principais articuladores dos Candomblés baianos. Além disso, se utilizou da sua profissão de jornalista para escrever sobre os terreiros enquanto representação cultural, também sendo um dos importantes estudiosos da temática africana e afro-brasileira no Brasil. A principal articulação ocorreu nos Congressos Afro-Brasileiros na década de 1930, eventos em que Carneiro apresentava os seus trabalhos e ideias, uma representação dos primeiros passos para uma organização articulada das comunidades tradicionais de Candomblé (SANTOS, 2012).

A inserção dos intelectuais literários no cenário religioso em Salvador, obteve um resultado positivo frente à perseguição policial, pois, muitos desses acadêmicos trabalhavam em jornais, tinham materiais publicados, o que ajudava a apresentar uma perspectiva contra hegemônica frente aos acontecimentos relacionados à temática do Candomblé (SANTOS, 2012). Com isso, a opinião pública sobre a criminalização das práticas populares foram se polarizando e atraindo a elite da cidade a se aproximar da religião.

Deste modo, através da investigação histórica e seus métodos, propor a análise das ações políticas nos terreiros de Candomblé no Brasil é compreender que, ao longo da história, os modos de resistência da população negra em diáspora no Brasil tomam formatos, a partir de suas realidades locais. Hoje, essas comunidades continuam resistindo, e têm buscado se apropriar de novas ferramentas de resiliência e inserção social através de cursos profissionalizantes, arte, assistência social a crianças em situação de abandono e institucionalização das casas de Candomblé. Nas palavras de Cordobil,

Os afroreligiosos têm começado a se utilizar dos instrumentos da democracia direta e dos direitos humanos de terceira geração, como o direito ao meio ambiente e ao patrimônio histórico, em suas lutas por cidadania e legitimidade diante do Estado, da mesma forma que se utilizaram das federações e do voto, instrumentos da democracia indireta para cobrar seus direitos e a efetivação da liberdade religiosa no Brasil (CORDOIL, 2014, p. 18).

Portanto, para entender melhor a institucionalização dos Terreiros e seu processo de entaves e ganhos através de sua relação com o governo federal, analiso as demandas e as reivindicações dos povos terreiros e comunidades tradicionais. Para melhor mapeamento dessa relação, também discuto as resoluções nos congressos nacionais de política de promoção da igualdade racial. Busco, dessa forma, observar os avanços e retrocessos para essas comunidades que marcam um novo momento para as comunidades de terreiro de Candomblé no Brasil.

### **As comunidades de Candomblé hoje e o seu processo de institucionalização**

O candomblé enquanto movimento político organizado, como foi discutido nas seções anteriores, antecede a luta do movimento negro, movimento este, que reconhece a religião como elemento importante para construção do sujeito negro no território brasileiro, ainda que nem sempre incorpore as lutas e reivindicações dentro das pautas dos movimentos negros. Apesar disso, a comunidade tradicional resiste no que se refere a um processo de maior inserção institucional, onde a própria constituição da religião em lugares urbanos pode ser considerada um dos primeiros apontamentos rumo à institucionalização, devido a esse processo de resistência e resiliência que acontece, muitas vezes, de maneira autônoma e partindo das próprias comunidades de terreiro (SANTOS, 2012).

É de se referir que:

ethos político do Candomblé caminha para a busca do bem viver da comunidade, devemos entender que a negociação se converte em um instrumento importante para a manutenção do equilíbrio de forças e de prosperidade do grupo. Estar disposto a negociar, e por vezes, ceder e conceder, seria o pressuposto político para comunidades que se movimentam em cenários de conflito e aliança. Nessa lógica, a finalidade da negociação política seria a obtenção de benefícios sociais que seriam compartilhados pelo povo de santo, seja no escopo de uma comunidade ou da coletividade mais ampla. (TOZI, 2022. p.85).

Com a ascensão de um governo federal do Partido dos Trabalhadores (PT), representado pela figura de Luís Inácio Lula da Silva, que assumiu a presidência em 2003, os movimentos sociais aderiram a uma nova roupagem. Não teria mais aquela estratégia de luta que tensionada avidamente contra o Legislativo a fim de conquistar um pequeno lugar na agenda política brasileira. Agora, no governo daqueles que seriam os trabalhadores, o movimento negro seria convidado para participar da gestão e pensar agenda política brasileira incorporando suas reivindicações e transformando-as em políticas efetivas (SANTOS, 2014).

Em 23 de maio de 2003, foi criada a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), feito impulsionado pela Declaração de Durban<sup>9</sup>, um aceno institucional feito anterior ao governo Lula, que ajudou a inserir o debate da igualdade racial na agenda política brasileira.

---

<sup>9</sup> Segundo Trapp (2014, p. 98), “para o Movimento Negro, a Conferência de Durban é considerada como um ponto fulcral na história do antirracismo no Brasil, principalmente do ponto de vista político – e mais ainda em relação às políticas públicas antirracistas e de ação afirmativa”. O documento em questão é resultante da III Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul em 2001 em que o Estado brasileiro assumia um compromisso pela promoção racial e de combate ao racismo, xenofobia e intolerância religiosa (BRASIL, 2001).

Além da secretaria, foram-se construídas outras secretarias nos estados e municípios pautados na mesma temática. A SEPPIR tinha como objetivo promover a igualdade racial e proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação, além de combater outras formas intolerância, em destaque aquelas sofridas pela população negra; e desse modo, articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais Ipea (2021).

Conforme o surgimento da SEPPIR, foram realizados congressos com a participação dos grupos organizados que compõem os movimentos sociais, sobretudo, aqueles ligados aos movimentos negros no Brasil. Nos congressos se estabeleciam uma metodologia de direcionamento para realização do evento, na qual possibilitava às entidades e organizações apresentarem as suas demandas, na tentativa de construir resoluções que dessem subsídios, e assim, apontassem para políticas públicas voltadas aos grupos marginalizados da agenda política brasileira, em especial a população negra.

Apesar desse processo afirmativo, segundo Almeida (2011), embora a criação da SEPPIR trouxesse algumas políticas públicas voltadas para as comunidades candomblecistas que se organizavam através das federações e associações, isso não solucionou o problema em larga escala dos povos de terreiros. Pois, para ser beneficiado por algumas das políticas promovidas pela SEPPIR, as casas de Candomblé deveriam estar vinculadas minimamente com alguma associação da categoria, o que fazia com que as políticas públicas não tivessem um alcance efetivo, seja por questões estruturais, falta de conhecimento e acesso às informações. Almeida afirma que

[...] para acessar os recursos oriundos desses editais, os terreiros devem se institucionalizar, por meio do registro de associações representativas, realização de cadastros em órgãos públicos e regularização da situação fiscal da entidade, o que impede o acesso de muitos desses terreiros dado o alto grau de informalidade, escassez de recursos para a formalização, pouca escolaridade para acompanhamento do trâmite burocrático, etc. (ALMEIDA, 2011, p. 88).

Não obstante, apesar de dificuldade de alcance, algumas conquistas foram percebidas. Dentre elas o projeto de revitalização de territórios culturais de matrizes africanas, um dos projetos que abraçou as demandas dos povos de terreiro. Ainda que se pondere que esse não foi concebido pela SEPPIR, e sim, pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, o projeto teve verba do governo federal e beneficiou cerca de 53 territórios culturais (ALMEIDA, 2011), o que implica dizer que houve participação do Estado. Assim, trago o exemplo do projeto para

sinalizar as conquistas obtidas na gestão do governo dos trabalhadores. Desse modo, continuo a discussão sobre essas articulações, e no próximo tópico discuto os cadernos frutos das Conferências Nacionais de promoção da igualdade racial.

### **Análise dos cadernos: possíveis horizontes para as comunidades Candomblecistas?**

Ao analisar os cadernos, frutos das discussões travadas nas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial o CONAPIR promovidas pela SEPPIR, percebemos que as resoluções foram direcionadas ao atendimento das necessidades mais urgentes da população negra no Brasil. Contudo, como o foco deste artigo são as políticas voltadas para as comunidades de Candomblé, nos atemos a tratar apenas das políticas que buscavam garantir os direitos desses grupos.

O primeiro caderno analisado foi a dentro elaborado após a conferência, reconhece as religiões de matrizes africanas como espaços mantenedores de uma perspectiva de mundo baseada em ideias de ancestrais africanos, de relevância social e cultural para o território brasileiro, sejam nos costumes, nas manifestações musicais, vocabulário ou culinária (SEPPIR, 2005, p. 105). Outra diretriz foi a identificação da necessidade de combater a intolerância religiosa e a perseguição a suas manifestações e liturgias, através de medidas protetivas e efetivas. Nas palavras do próprio relatório,

Para o fortalecimento das religiões de matriz africana, foi levantada a necessidade de ações que proporcionem a estruturação, politização e maior organização e afirmação, tais como a ampliação da sustentabilidade das comunidades, o seu reconhecimento como um centro irradiador de promoção de políticas públicas, a sua participação nos projetos sociais, a criação de uma rede de apoio, a promoção de intercâmbios entre as comunidades de terreiro e o incentivo às oficinas, seminários, cursos de formação nos terreiros (SEPPIR, 2005, p. 106).

Dentro de uma perspectiva histórica, sabemos que a reparação se manifesta através das políticas públicas, mas a população negra no Brasil ainda está longe de solucionar todos os problemas que se acumulam ao longo dos séculos, seja por suas influências de ordem psicossocial, educacional, econômicas e políticas, tendo em vista que essas problemáticas são estruturantes para a sociedade brasileira. Ademais, ainda é curto o período da abolição da mão de obra escravizada em detrimento ao tempo de existência do Brasil, sobretudo se levarmos em consideração que trabalhos científicos, durante muito tempo, reforçaram os estereótipos de criminalização das práticas culturais e do sujeito negro na sociedade brasileira, como vimos nos

tópicos anteriores. Portanto, embora exista um olhar direcionado para as demandas dos povos de Candomblé, os efeitos históricos sociais do passado continuam danosos e para superá-los o reconhecimento das necessidades desse setor da sociedade precisam da lente de aumento amplificada para que haja uma maior celeridade na resolução desses problemas.

Retomando à análise, as primeiras diretrizes do caderno da I CONAPIR<sup>10</sup> introduzem um debate para sociedade à medida que algumas resoluções recebem subsídios para a efetivação de projetos, em contrapartida, as resoluções também trazem à tona uma série de outros problemas que evidenciam a necessidade, tanto aos movimentos sociais quanto ao Legislativo, de uma maior capacitação de recursos para efetivar a real reparação histórica direcionada aos corpos negros. Isso fica evidente nas resoluções que dizem,

[...] durante a Conferência, a discussão sobre as Religiões de Matriz Africana, evidenciou a necessidade de reconhecimento da importância do segmento e da dívida histórica do Estado Brasileiro, uma vez que essa história foi marcada pela perseguição às suas manifestações, territórios, objetos sagrados e seguidores (SEPPIR, 2005, p.106).

Além disso, a continuidade do governo do partido dos trabalhadores na presidência deixou claro que não era possível governar para gregos e troianos sem que houvesse concessões. Boito Jr (2006) afirma que o Estado está a serviço dos interesses da burguesia. E nesse sentido, mesmo quando esse é governado por um partido mais disposto a discutir a pauta racial, ainda assim, não foge a essa subserviência. Desse modo, a presença do Partido dos Trabalhadores não trouxe uma mudança estrutural para o problema racial, ainda que os trabalhadores visualizassem um possível deleite com a presença de um representante vindo do povo em um cargo de alto escalão no Executivo. Mas, na prática, o governo Lula utilizava como maior tática andar de mãos dadas com os movimentos sociais sem romper com interesses das classes dominantes.

Posteriormente, em 2009, há uma segunda conferência nacional, a II CONAPIR, que mobilizou cerca de 27 unidades da federação e uma Plenária Nacional de Comunidades Tradicionais, reunindo lideranças de comunidades quilombolas, de terreiros, povos indígenas e de etnia cigana (SEPPIR, 2009, p. 4). O evento ocorreu entre os dias 25 e 28 de junho daquele ano. Ao analisar o caderno de resoluções, a segunda edição, diferentemente da primeira, pensou a organização das discussões em blocos, não setorizando as pautas. Portanto, as comunidades

---

<sup>10</sup> 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) promovido pela secretaria de promoção para a igualdade racial, no dia 30 de junho a 2 de julho de 2005.

de matrizes africanas são citadas desde o controle social, saneamento básico, direito à alimentação básica, até saúde e educação.

Algumas propostas foram reforçadas, enquanto outras foram reformuladas dando ênfase ao combate à intolerância religiosa, e em busca da valorização e distribuição do título *honoris-causa* para Pais e Mães de Santo, assim como o tombamento de tais figuras como patrimônio legítimo brasileiro, a fim da valorização da cultura produzida pela religião. Também houve o fomento da criação de associações e federações para distribuição de recursos com destino a minicursos, oficinas, aula de dança e fotografia nos espaços religiosos ou em espaços vinculados aos terreiros. Nas próprias palavras do Caderno,

Formação de lideranças e responsáveis por setores de políticas públicas para qualificação em concorrência de projetos, financiamentos e implementação de políticas públicas como cultura, educação, saúde, etc, e criar projetos a partir do diálogo junto às comunidades tradicionais, (quilombolas, povos indígenas, etnias ciganas, comunidades de terreiro) levantando, assim, suas necessidades e formas de realização (SEPPIR, 2009, p. 10).

Outra diferença do segundo caderno é que o meio ambiente também foi um bloco de discussão em diálogo com as comunidades de Terreiros de Candomblé. No segundo caderno, propuseram a criação de programas de incentivo e financiamentos para o cultivo de plantas medicinais, reverenciando os Orixás e liturgias da religião, além da criação de parques botânicos e ações voltadas ao 5 de junho, Dia do Meio ambiente, em diálogo aos praticantes das religiões de matriz africana e afro-brasileiras. O intuito era,

Sensibilizar os gestores municipais, estaduais e federais a promover políticas que visem o estabelecimento de reservas ambientais, rurais, urbanas e herbários etnobotânicos, segundo os padrões estéticos originários das cosmovisões africanas, objetivando a guarda e proteção de seus ecossistemas como um todo, e principalmente para as religiões de matriz africana e afro-brasileira, garantindo o desenvolvimento de plantio de árvores sagradas, produção de folhas e ervas de uso medicinal. (SEPPIR, 2009, p. 112-113).

Desse modo, a partir do material de análise, os cadernos de resoluções, podemos chegar a algumas conclusões. A primeira é uma maior capilaridade institucional do debate das pautas raciais entre a transição de um governo para o outro, isto é, da época de governança do Fernando Henrique Cardoso para o do Luís Inácio Lula da Silva. Apesar disso, uma outra conclusão se apresenta, essa refere-se na verificação de que as diretrizes estabelecidas no primeiro caderno só começam ser encaminhadas para uma maior efetivação nas comunidades de Terreiro de

Candomblé um mandato depois. Isso fica evidente nos momentos em que as propostas se repetem no segundo caderno, apenas mudando a escrita do texto.

Nesse sentido, pensar essa problemática é relevante, a partir do momento em que buscamos não cristalizar determinadas ações partidárias e atores políticos por conta de algumas propostas mais progressistas do Partido dos Trabalhadores. Ressalto que as políticas públicas só conseguem efetividade através do diálogo com as necessidades reais das comunidades, algo que de fato foi proposto pelas Conferências apresentadas acima. Contudo, a sua materialização só é possível com orçamento efetivo de tais políticas para as comunidades de terreiro. Sem isso, corre-se o risco dessas propostas soarem como um oportunismo eleitoral de quem almeja estar ou já está no poder.

### **Considerações finais**

O processo de resistência dos povos de terreiro de Candomblé antecede o governo de Luís Inácio Lula da Silva, entretanto, este governo se propôs em dialogar com setores da sociedade que são marginalizados historicamente. Porém, as práticas que permeiam a materialidade do cotidiano, revelou, que para as transformações acontecerem é preciso empenho e atenção para identificar as verdadeiras rachaduras estruturais que condicionam a massa populacional às desigualdades que trazem escassez no bem viver.

Esta pesquisa é uma contribuição nos estudos sobre a institucionalização do Candomblé e suas conquistas dentro desse recorte temporal. Mas, mais do que isso, busquei trazer o caminhar da luta organizada e sua importância dentro desse espaço de culto e consagração a entidades herdadas dentro da diáspora e redesenhada no território brasileiro –território tão hostil às manifestações culturais dos povos Africanos e Afro-brasileiros.

Pensar em temáticas como esta, também é um chamado aos pesquisadores a olhar e contribuir com estudos que sirvam de subsídio e acúmulo para a construção de políticas públicas, que impliquem uma transformação concreta da realidade e que sejam capazes de alcançar o contingente populacional que formam as comunidades tradicionais. É importante ressaltar que essas comunidades estão muito além de serem personagens meramente folclóricos, mas constituem na verdade, sujeitos contribuintes e autônomos que constroem narrativas e pensam um bem comum para si e para todos.

### **Referências**

ALMEIDA, Elga Lessa de. **A inserção de políticas públicas étnicas para terreiros de candomblé na agenda brasileira**: os entrecruzamentos entre o global e o local. XX f. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2011.

BOITO JR, Armando. A burguesia no Governo Lula. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9

BRASIL. Declaração de Durban, 2001. Disponível em: [https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao\\_durban.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao_durban.pdf). Acesso em 22 abr. 2022

CICONELLO, Alexandre Ganança. **Associativismo no Brasil**: Característica e limites para construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Dissertação de mestrado. Assis: UNB, 2006.

CORDOVIL, Daniela. A atuação Política de Afro-religiosos em Belém, Pará: da Guerra mágica ao Fórum Social Mundial. **Revista Observatório da religião**. Jan/Jun 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. ed., Rio de Janeiro, Record. 1995.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984.

MNU. O MNU. Disponível em: <https://mnu.org.br/mnu/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MAGALHÃES FILHO, Paulo Andrade. **Jogos de Discursos**: a disputa por hegemonia na tradição da capoeira angola baiana. Salvador: Edufba, 2012. 262 p.

MUKALÊ, Hilsa. **Do lado do Tempo**: o Terreiro de Matamba Tombenci neto (Ilhéus, Bahia) histórias contada a Marcio Goldman. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. 110 p.

PACHECO, Ana Júlia. **Apartheid nas páginas da Revista Veja (1968-1985)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2018.

PÓVOAS, Ruy do Carmo. **A memória do Feminino no Candomblé**: tecelagem e padronização do tecido social do povo de terreiro. Ilhéus: Editus, 2010.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **Nos Domínios de Exu e Xangô o Axé Nunca se Quebra**: Transformações Históricas em Religiões Afro-Brasileiras, São Paulo e Maceió (1970-2000). Tese de doutorado. USP, São Paulo, 2012.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. **Economia e Cultura do Candomblé na Bahia**: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros – 1850/1937. 1. ed. Editus, 2013.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ações Afirmativas nos Governos FHC e Lula: Um Balanço. **Revista Tomo**. Junho, 2014.

SEPPPIR. **I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial**: Brasília, 30 de junho a 2 de julho de 2005: Relatório Final/ Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2005.

SEPPPIR, Presidência da República Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Resoluções da II Conapir**. 2009. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Igualdade\\_Racial\\_II/deliberacoes\\_2\\_conferencia\\_promocao\\_igualdade\\_racial.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Igualdade_Racial_II/deliberacoes_2_conferencia_promocao_igualdade_racial.pdf). Acesso em: 22 abr. 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro, 1983: Zahar.

TOZI, Desirée Ramos. **A agência política do Candomblé: caminhos de mediação entre o terreiro e o Estado (2010-2020)**. 2021. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

TRAPP, Rafael Petry. **A conferência de Durban e o antirracismo no Brasil (1978-2001)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, Brasil, 2014.